

ENTRE O REPASSE E A COMPRA: UMA DÉCADA DO PNAE E DA AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SERRARIA-PB (2012-2022)

Vive Sena Cruz; Lauro Pires Xavier Neto

1 Discente do Bacharelado em Agroecologia, UFPB Campus III,
vive.sena@academico.ufpb.br

2 Professor da UFPB Campus III, lauro.xavier2@academico.ufpb.br

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é a política pública responsável pela alimentação escolar voltada para estudantes da educação básica pública no Brasil. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é o ente responsável pelo repasse financeiro aos estados e municípios para execução do programa. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar o orçamento destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar do município de Serraria-PB, no período de 2012 a 2022, com foco na destinação dos recursos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar camponesa. A pesquisa foi desenvolvida através de uma metodologia quantitativa, com pesquisas bibliográficas e documentais, bem como levantamento em bancos de dados públicos. Os dados foram organizados a partir dos valores transferidos e dos percentuais aplicados na compra da agricultura familiar, considerando o mínimo de 30% estabelecido pela legislação. Observa-se que Serraria não cumpre de forma contínua o percentual mínimo exigido de aquisição de produtos da agricultura familiar. Os resultados indicam que, embora haja variação nos repasses ao longo do período analisado, o crescimento nominal dos valores não garante ampliação real do poder de compra diante da inflação. Conclui-se que a efetividade do programa depende de financiamento adequado, capacidade técnica, vontade política das gestões.

Palavras-Chave: Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Políticas públicas.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a política pública responsável pela alimentação escolar dos estudantes da educação básica pública no Brasil (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), gerida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os recursos financeiros para sua execução são oriundos do tesouro nacional e assegurados anualmente no orçamento da União (Santos e Silva, 2021). De acordo com a Cartilha Nacional da Alimentação Escolar, o PNAE é a política pública mais antiga do Estado brasileiro em relação à alimentação escolar e à Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2015).

O PNAE consolidou-se como uma referência mundial ao assegurar o direito humano à alimentação a milhões de estudantes e, ao mesmo tempo, fomentar o acesso da agricultura familiar camponesa (AFC) aos mercados institucionais. O marco histórico da origem do PNAE é da década de 1950 (Peixinho, 2011). Mas é em 2009 com a reformulação da política, através da promulgação da Lei nº 11.947, que foi estabelecido que o mínimo de 30% dos recursos repassados a estados e municípios para a alimentação escolar deveriam ser aplicados na aquisição de produtos da agricultura familiar. Essa medida não apenas fortaleceu o programa, mas também se configurou como um importante mecanismo de dinamização das economias locais e de valorização da matriz alimentar brasileira (BRASIL, 2009; BRASIL, 2015)

Esse tipo de compra - na qual famílias agricultoras comercializam diretamente para os estados e municípios - se insere no chamado de mercado institucional, processo em que o Estado realiza a aquisição de bens e serviços (Soares, 2020). Nesse sentido, Soares (2020) afirma que o PNAE tem uma perspectiva econômica e social:

É econômica porque o Estado recorre ao mercado estabelecendo relações comerciais com os produtores de alimentos em geral e, particularmente, com os agricultores familiares. E como efeito dessa ação, o Estado promove também regulação de preços nos mercados locais, aumento e diversificação da produção, a organização dos agricultores, e, no caso particular do PNAE aproxima a produção agrícola familiar local das escolas. A abordagem é também social porque as compras decorrem de políticas públicas que têm em vista atender demandas da sociedade, de um lado, de grupos socialmente vulneráveis à situação de fome, e, por outro lado, as demandas de agricultores familiares que buscam apoio à comercialização de sua produção.

Dentro desse processo, há a dimensão política do PNAE, possível de ser observada na maneira como o Estado busca equilibrar interesses sociais e econômicos por meio das compras públicas. Ao destinar 30% dos recursos para a aquisição de produtos da agricultura familiar, o programa busca garantir um espaço de inserção produtiva para famílias agricultoras, e também atua politicamente em defesa da sociedade, por promover uma redistribuição, mesmo que parcial, de recursos dentro de um sistema marcado por injustiças estruturais. Essa reserva de mercado representa um avanço, pois reconhece o papel da agricultura familiar camponesa na segurança alimentar e na economia local (Soares, 2020).

Entretanto, é importante destacar que o cumprimento do mínimo de 30% previsto na legislação não garante, por si só, a efetivação dessa aquisição. Em muitos casos, a gestão



municipal não atinge esse percentual. Além disso, a lei permite que o percentual destinado à agricultura familiar seja maior que 30%, mas é comum a pressão dos empresários para que na prática, os 70% restantes continuem sendo disputados dentro da lógica tradicional do mercado aberto capitalista. Assim, mesmo com o “apelo social” das compras públicas, o mercado institucional se mantém como um espaço de conflitos de classe (Soares, 2020).

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar o orçamento destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Serraria-PB no período de 2012 a 2022, com foco na destinação dos recursos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar camponesa.

A abordagem quantitativa foi adotada como estratégia metodológica para atender o objetivo da pesquisa. Assim, este trabalho se baseou em pesquisa documental, bibliográfica e levantamento em bancos de dados públicos. A principal base de dados utilizada para verificar os valores destinados ao PNAE foi do portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A partir dessa plataforma foram coletados os valores repassados para a (i) união, (ii) o estado da Paraíba e (iii) o município de Serraria - PB, durante o período de 2012 à 2022.

Local do estudo

O município de Serraria (Figura 1), localizado no Agreste da Paraíba, na microrregião do Brejo Paraibano, possui uma população estimada em 4.754 habitantes (IBGE, 2025), apresentando uma redução de aproximadamente 23,8% em relação aos 6.238 habitantes registrados em 2010. A área territorial do município é de 65,06 km² (IBGE, 2024), sendo 1,5 km² de área urbanizada (IBGE, 2022).

Figura 01 - Mapa Município de Serraria

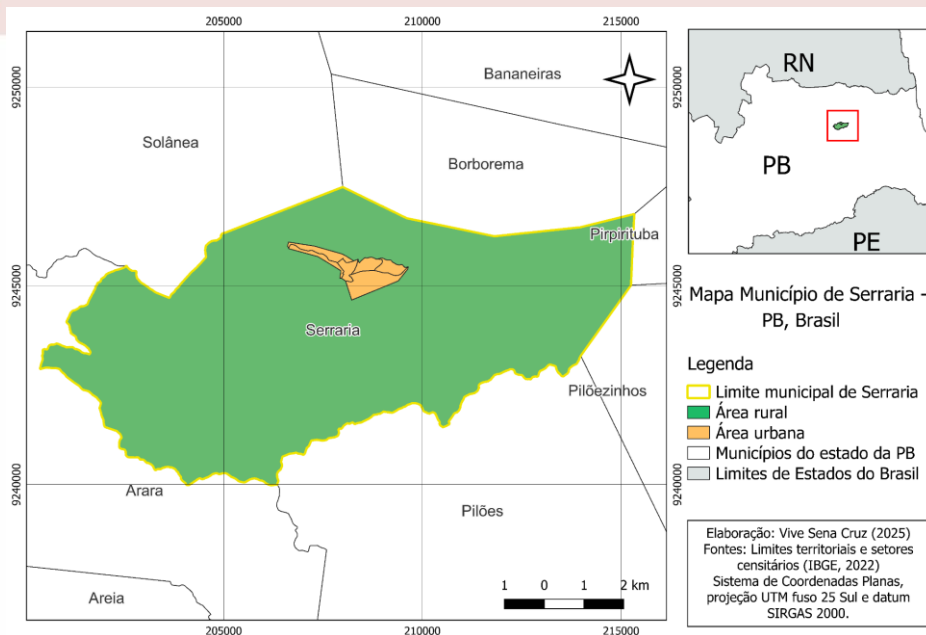
REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP



Fonte: Elaboração autoral (2025)

A agricultura se destaca na economia local de Serraria, principalmente na produção de banana, feijão, fava, macaxeira/mandioca, cana-de-açúcar e milho, enquanto, na pecuária, sobressaem a criação de bovinos e galináceos. Em 2017, 1.219 pessoas estavam ocupadas no setor agropecuário, número que representa mais de 25% da população do município (IBGE, 2017).

Outros indicadores ajudam a compreender o perfil socioeconômico de Serraria, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município foi de R\$11.212,51 em 2021, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), registrado em 2010, foi de 0,547. Em relação às finanças públicas, as receitas brutas realizadas em 2024 somaram R\$ 39.027.455,96, enquanto as despesas brutas empenhadas totalizaram R\$ 33.203.238,17 (IBGE, 2024).

Já no que se refere a educação, a Tabela 01 traz alguns indicadores educacionais do município de Serraria-PB.

Tabela 01 - Dados da educação do município de Serraria/PB

REALIZAÇÃO:



UECE



IUPERJ



AINPGP

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	99,27%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	4
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	3,6
Matrículas no ensino fundamental [2024]	595
Matrículas no ensino médio [2024]	144
Docentes no ensino fundamental [2024]	44
Docentes no ensino médio [2024]	14
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2024]	3
Número de estabelecimentos de ensino médio [2024]	1

Fonte: Adaptado do IBGE, 2022/2023/2024

Observa-se que a taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos atingiu 99,27% em 2022, demonstrando ampla cobertura nessa faixa etária. Em 2024, havia 595 matrículas no ensino fundamental e 144 no ensino médio, distribuídas em quatro estabelecimentos de ensino, contando com 58 docentes no total (IBGE, 2024).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Serraria em 2023 foi de 4,0 nos anos iniciais do ensino fundamental e 3,6 nos anos finais. Esses resultados colocam o município na 210ª posição entre os municípios da Paraíba e na 5306ª posição no Brasil, evidenciando uma situação desafiadora no que diz respeito à qualidade da educação. A observação da série histórica mostra que, desde 2005, os indicadores do município têm permanecido abaixo da média nacional do ensino público (INEP, 2026). Embora Serraria tenha praticamente atingido a universalização do acesso ao ensino fundamental, o desempenho escolar ainda se mostra precário. Dentre outros fatores, essa característica, de acordo com pesquisa realizada por Andrewes e Vries (2012) também pode estar relacionada ao impacto da pobreza no desempenho escolar.

Desenvolvimento

A agricultura familiar camponesa (AFC) no Brasil desempenha papel fundamental na geração de renda e na promoção da segurança e soberania alimentar. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar está presente em 77% dos estabelecimentos agropecuários, sendo responsável por ocupar cerca de 67% das pessoas que trabalham com agricultura. Entretanto, houve uma queda de 17% no número de pessoas ocupadas com agricultura familiar em relação ao Censo de 2006 (IBGE, 2017). Esse dado pode estar

relacionado ao êxodo rural, pois nos últimos 10 anos houve uma redução de 4,3 milhões de pessoas vivendo em áreas rurais (IBGE, 2022).

Ao mesmo tempo, a estrutura fundiária brasileira segue marcada pela injustiça, 81% dos estabelecimentos agropecuários possuem até 50 hectares, mas ocupam apenas 12,8% da área total, enquanto 0,3% das propriedades, com mais de 2.500 hectares, concentram 32,8% do território nacional (IBGE, 2017). Essa concentração foi herdada do modelo agrário presente no período colonial e se fortaleceu com a “modernização” dos anos 1960. Segundo Gorender (2012), o sistema escravista estabeleceu as bases para o surgimento da agricultura capitalista. Já o processo de modernização da agricultura se baseou na difusão da Revolução Verde, que priorizou pacotes tecnológicos em detrimento da agricultura camponesa (Kawakami e Souza, 2016; Stédile, 2000).

Dessa maneira, o PNAE se configura como um campo de disputa entre diferentes interesses de classe. Ainda que orientado por princípios de interesse público, o mercado institucional reflete as tensões inerentes às relações de poder e à estrutura de classes da sociedade. Assim, o espaço das compras públicas se transforma em um território onde as classes subalternizadas - como agricultores familiares - buscam conquistar melhores condições de vida por meio das políticas públicas (Soares, 2020).

Essa disputa de interesses materializa-se na estrutura de financiamento e execução do programa. É nesse contexto que se insere o papel do FNDE no repasse dos recursos aos entes federados, responsáveis pela operacionalização das compras da alimentação escolar. O FNDE repassa os recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal, os quais ficam responsáveis pela aquisição da alimentação escolar. Esses valores são calculados com base na quantidade de alunos do ano anterior, aferida pelo Censo Escolar, e considerando os 200 dias letivos (Tabela 1). É ainda de responsabilidade das entidades executoras a complementação dos recursos recebidos. (Santos e Silva, 2021).



Tabela 01 - Cálculo de repasse per capita

Cálculo de repasse per capita	
Número de dias letivos x número de estudantes x per capita = repasse	
Etapas de ensino	Per capita
Creches	R\$ 1,37
Pré-escola	R\$ 0,72
Escolas quilombolas e indígenas	R\$ 0,86
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,50
Educação de jovens e adultos - EJA	R\$ 0,41
Ensino integral	R\$ 1,37
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,56
Estudantes que frequentam, no contraturno, o Atendimento Educacional Especializado	R\$ 0,68

Fonte: Adaptado FNDE, 2025.

Entretanto, de acordo com o Observatório da Alimentação Escolar - ÓAÊ (2025), esses valores estão defasados quando se observa a inflação dos últimos 15 anos. Como exemplo, pode-se observar que para 70,8% dos estudantes atendidos pelo programa (ensino fundamental e médio), tem sido repassado o valor diário de R\$0,50 per capita. Desde 2010 - primeiro ano após a reformulação do programa -, o PNAE perdeu cerca de 47% do seu poder de compra, e foi reajustado apenas quatro vezes (em 2010, 2013, 2017 e 2023).

Para se ter uma ideia, para o programa voltar a ter o mesmo poder de compra de 2010, seria necessário um reajuste de 90,3%. Nesse sentido, o ÓAÊ lançou a campanha “ReajustaPNAE”, que defende a aprovação de uma lei que estabeleça o reajuste anual e permanente baseado na inflação dos alimentos.

Estudo realizado pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP) identificou que a cada R\$ 1,00 direcionado para compra de produtos da agricultura familiar e pecuária familiar para o PNAE, o PIB nacional cresce R\$ 1,52 (agricultura) e R\$ 1,66 (pecuária). E que os municípios que cumpriram com o percentual de no mínimo 30% para compra de produtos da agricultura familiar, tiveram um crescimento de 9,8% na sua produção agrícola familiar do que aqueles municípios que não cumpriram com a normativa (Oliveira et al, 2025). Esses dados indicam que o PNAE

além de fortalecer a agricultura familiar, é também um instrumento importante no combate à pobreza, principalmente no meio rural (Oliveira et al, 2025)

A partir do que foi exposto, entende-se a necessidade de analisar como os recursos vêm sendo efetivamente repassados e aplicados nos diferentes níveis federativos. Assim, na tabela 2 é possível observar os repasses, aquisições e porcentagem dos recursos destinados ao PNAE e a compra de alimentos da Agricultura Familiar Camponesa do Brasil, Paraíba e de Serraria - PB, para os anos de 2012 até 2022.

Tabela 2 - Repasses, aquisições e porcentagem do PNAE, nos anos de 2012 a 2022

Ano	Unidade Federativa	Repasso FNDE (R\$)	Aquisição da AFC (R\$)	Percentual (%)
2012	Brasil	3.247.603.257,00	366.611.838,48	11,39
	Paraíba	73.592.548,46	5.731.113,35	7,10
	Serraria	79.920,00	7.797,08	9,76
2013	Brasil	3.481.557.927,60	637.722.661,32	18,02
	Paraíba	79.141.972,22	15.059.635,81	19,05
	Serraria	93.616,00	13.165,35	14,06
2014	Brasil	3.629.393.942,96	719.384.367,45	21,61
	Paraíba	82.995.721,23	10.241.971,15	13,71
	Serraria	53.740,00	14.737,64	30,47
2015	Brasil	3.702.532.335,20	858.570.675,64	22,82
	Paraíba	88.909.710,99	13.953.257,18	16,50
	Serraria	54.080,00	14.491,90	26,81
2016	Brasil	3.405.692.516,80	858.777.139,55	22,12
	Paraíba	77.794.591,91	19.304.975,71	24,49

	Serraria	49.040,00	12.942,77	29,47
2017	Brasil	3.886.062.490,72	846.788.086,68	21,61
	Paraíba	79.336.068,27	19.395.175,16	40,65
	Serraria	49.840,00	0,00	0,00
2018	Brasil	4.017.663.905,37	1.236.420.777,69	35,45
	Paraíba	87.678.896,76	34.881.686,98	53,94
	Serraria	57.466,00	7.469,20	13,00
2019	Brasil	3.948.660.454,39	1.475.089.155,69	37,34
	Paraíba	88.891.504,71	47.623.071,71	53,94
	Serraria	69.338,40	72.145,45	104,05
2020	Brasil	4.306.398.707,54	715.400.620,73	16,70
	Paraíba	88.165.147,97	14.391.683,57	16,68
	Serraria	78.735,80	0,00	0,00
2021	Brasil	4.160.658.951,76	792.838.827,36	19,05
	Paraíba	84.516.129,54	9.168.955,22	10,97
	Serraria	43.156,80	966,10	2,24
2022	Brasil	3.569.131.033,34	1.604.322.499,99	45,15
	Paraíba	84.943.581,58	29.623.348,79	35,30
	Serraria	73.436,40	4.560,34	6,21

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 2012–2022.

Ao analisar a evolução dos repasses do Programa Nacional de Alimentação, observa-se que tanto no Brasil quanto na Paraíba e no município de Serraria, houve um aumento muito pequeno dos valores nominais repassados ao longo da década. No âmbito

nacional, o repasse partiu de R\$3,24 bilhões em 2012 e atingiu R\$3,56 bilhões em 2022. Na Paraíba, a tendência foi semelhante, com o valor de R\$ 73,5 milhões em 2012 para R\$ 84,9 milhões em 2022. Já em Serraria, houve uma queda durante esse mesmo período, indo de R\$ 79,9 mil em 2012 a R\$ 73,4 mil em 2022.

Quando se observa a parcela desses recursos destinada às compras da agricultura familiar - processo regulamentado pela Lei nº 11.947/2009 que estabelece o mínimo de 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser utilizado na aquisição de produtos da agricultura familiar camponesa -, percebe-se uma realidade bastante defasada entre os diferentes níveis analisados. No Brasil, os percentuais variaram de 11,39% em 2012 a 45,15% em 2022, sendo que o cumprimento da legislação ocorreu apenas em 3 anos (2018, 2019 e 2022).

Apesar do crescimento gradual, a média nacional segue abaixo do mínimo legal na maior parte da série histórica, revelando dificuldades estruturais na execução das compras da agricultura familiar.

A Paraíba, apresenta um desempenho melhor que o nacional em grande parte dos anos, mas ainda apresenta resultados insatisfatórios. O estado alcançou percentuais expressivos a partir de 2017, ultrapassando o mínimo legal em 2017, 2018, 2019 e novamente em 2022, com valores acima de 35%. Os anos de 2020 e 2021 registraram quedas acentuadas, possivelmente por conta dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19.

No caso de Serraria, os resultados revelam fragilidades ainda mais evidentes. O município cumpriu o mínimo de 30% apenas em 2014 e 2019, este último apresentando um percentual atípico de 104,05%. Em 2 anos, 2017 e 2020, não houve nenhuma aquisição de produtos da agricultura familiar camponesa, e no restante da década os percentuais permaneceram muito abaixo do exigido pela legislação, chegando a apenas 2,24% em 2021 e 6,21% em 2022. Essa irregularidade pode indicar limitações na execução da política, na organização da produção local, na logística de entrega e na articulação entre agricultores, associações e gestores municipais.

Todavia, a partir dos dados expostos, pode ser observado que nenhuma das três unidades federativas analisadas (Município de Serraria, Estado da Paraíba e Brasil) obtiveram bom desempenho na aquisição de produtos da AFC pelo PNAE. Esse cenário evidencia que a dificuldade em cumprir a legislação não é uma particularidade de Serraria, mas sim um problema recorrente em diferentes escalas federativas.

Vale ressaltar que quando olhamos para os valores dos repasses, por exemplo no âmbito nacional que passou de R\$ 3,24 bilhões em 2012 para R\$ 3,56 bilhões em 2022, há um leve crescimento nominal. No entanto, quando esses valores são ajustados pela inflação, esse

crescimento é nulo. Ou seja, se o repasse não aumenta conforme à inflação, a capacidade real de aquisição de alimentos diminui, especialmente quando se trata de produtos da agricultura familiar camponesa.

Além disso, é importante reconhecer que uma parte significativa dos desafios na execução do PNAE ultrapassa a governabilidade das gestões (Rêgo et al., 2022). Muitos dos entraves enfrentados decorrem de limitações estruturais, normativas e financeiras que não podem ser solucionadas apenas pela ação dos gestores.

A nota técnica 03/2025 publicada pela ÓAÊ “Estimativa de Impacto orçamentário de reajustes anuais aos valores per capita do PNAE (2025-2035)” afirma que a falta de mecanismos de reajuste dos valores repassados para o PNAE compromete a qualidade da alimentação escolar:

A inexistência de normativas para a atualização dos valores per capita do PNAE, faz com que a alimentação escolar se torne altamente vulnerável à flutuação do preço dos alimentos, e dependente de visões e vontade política de agentes dos poderes executivos e legislativo federal para ser reajustada, comprometendo o poder de compra e as reais condições de oferta de uma alimentação escolar suficiente, saudável e adequada.

Diante desse cenário, compreende-se que o cumprimento do percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar pelo PNAE está relacionado às condições do financiamento público. Ainda assim, embora existam limites estruturais que extrapolam a governabilidade local, a gestão municipal e estadual também exercem papel central na efetivação da política. Assim, a consolidação do PNAE como instrumento de promoção do direito humano à alimentação adequada, à educação de qualidade e de desenvolvimento territorial depende tanto do fortalecimento do financiamento federal quanto do compromisso político e da capacidade técnica das gestões em operacionalizar, de forma estratégica e contínua, a compra da agricultura familiar.

Conclusões

Sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar, o município de Serraria, entre os anos de 2012 e 2022, não cumpre de forma contínua o percentual mínimo de 30% estabelecido em lei. Serraria apresenta fragilidades semelhantes às observadas no âmbito estadual e nacional. A insuficiência de recursos e a ausência de reajustes permanentes reduzem a capacidade de aquisição de alimentos. O PNAE demonstra as disputas de classe presentes na sociedade brasileira. A consolidação do PNAE exige financiamento adequado, capacidade técnica e vontade política das gestões.

Referências Bibliográficas

W. ANDREWS, C.; S. DE VRIES, M. Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do Ideb (2005-2009). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 826–847, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10>.

BRASIL. Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Diretrizes de execução do PNAE, Brasília, 16 Junho 2009.

BRASIL. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/Material_de_divulgacao/pnae_cartilha_2015.pdf>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD). **Relatório completo do Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>

GORENDER, Jacob. A formação de organização da produção escravista. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Serraria. IBGE, 2024, 2025. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/serraria.html>>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb>>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos>>

INEP, Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira . IDEB – Resultados. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMTNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>>

KAWAKAMI, Alex Yoshinori Alex; SOUZA, Lizane Lucia de. Cooperação e agroecologia: uma introdução crítica sobre o modelo de Ater. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais. (Orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

ÓAÊ, Observatório da Alimentação Escolar. Apesar de ousadas novas metas, ausência de reajuste ameaça a alimentação escolar. 21 out. 2025. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/noticias/2025/10/21/apesar-de-ousadas-novas-metas-ausencia-de-reajuste-ameaca-a-alimentacao-escolar/>

OLIVEIRA, Thais Diniz; PEREDA, Paula Carvalho; ELIAS, Lilian de Pellegrini; DURAN, Ana Clara. Impactos socioeconômicos das compras diretas da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar na economia brasileira. Policy Brief n. 2. Observatório da Alimentação Escolar, abril de 2025.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/a96318a5-b3d0-40a5-8673-27bc696aa2e6/content>

RÊGO, Antônio Carlos Gomes; CAVALCANTE, Hayanne Rodrigues Carniello; NASCIMENTO-SILVA, Nara Rúbia Rodrigues do. *(Des)cumprimento da participação da*

agricultura familiar no PNAE: o caso de Curaçá, Bahia. Emblemas – Revista da Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais – UFCAT, v. 22, n. 1, p. 115-132, 2022.

SANTOS, Cleunice Pereira dos; SILVA, Neilton da. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Volume 3, Políticas Educativas e Direitos de Cidadania. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2021. 27 p.

SOARES, Guilherme José de Vasconcelos. *Controle social: a dimensão política das compras da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2020. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/3259/2/GUILHERME-VASCONCELOS.pdf>

STEDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. *A questão agrária no Brasil: o debate na década de*, v. 7, p. 19-38, 2000.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP